



Desafios e Potencialidades do PPP na Educação Básica

Andriele Maier Gaspar¹
Welisson Lima Proença¹

RESUMO

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) é um documento estruturante da vida escolar, pois expressa a identidade da instituição, seus princípios, valores e objetivos formativos. Além de orientar as práticas pedagógicas, organiza o trabalho coletivo e articula gestão, professores, estudantes, famílias e comunidade. Trata-se de um instrumento que direciona as ações educativas, garante a coerência entre teoria e prática e possibilita a construção de um projeto comprometido com a realidade social. Mais do que referência para o planejamento escolar, o PPP deve refletir a comunidade educativa e contribuir para sua transformação. Compreender como é elaborado e aplicado no cotidiano é essencial para avaliar avanços e desafios da prática pedagógica. Este estudo teve como objetivo analisar comparativamente os PPPs de duas escolas públicas de São Vicente do Sul e investigar como os docentes se apropriam de suas diretrizes. A pesquisa também refletiu sobre a importância da formação continuada frente às dificuldades de implementação. A metodologia envolveu análise qualitativa dos PPPs e entrevistas com professoras de Ciências, comparando os relatos com os princípios expressos nos documentos. Os resultados evidenciaram que ambos os PPPs valorizam gestão democrática, inclusão, formação integral e metodologias ativas. Contudo, a efetivação desses princípios encontra barreiras, como carência de infraestrutura, escassez de recursos didáticos, ausência de apoio institucional e familiar, além da sobrecarga docente. Outro desafio recorrente refere-se à diversidade em sala de aula, especialmente no acompanhamento de estudantes com traumas ou comportamentos desafiadores. Apesar dos entraves, destacou-se o empenho dos docentes em buscar alternativas pedagógicas e a compreensão de que a formação continuada é indispensável para ampliar estratégias educativas e consolidar o PPP como instrumento de transformação. Conclui-se que o PPP deve ser dinâmico e coletivamente revisitado, tendo sua eficácia condicionada às condições de trabalho e à valorização do diálogo entre escola, professores, estudantes e comunidade.

Palavras-chave: Inclusão; Infraestrutura; Formação Continuada.

Acadêmicos do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul (IFFar – SVS) – RS, Brasil.

Bolsistas do PIBID. E-mails: andriele.2023012679@aluno.iffar.edu.br

Acadêmicos do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul (IFFar – SVS) – RS, Brasil.

Bolsistas do PIBID. E-mails: welison.2023004031@aluno.iffar.edu.br

INTRODUÇÃO

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) é compreendido como um documento essencial

que orienta a identidade e a organização institucional da escola, representando a intencionalidade coletiva da comunidade educacional. Para Veiga (1998, p. 12), o PPP consiste na “materialização do projeto de escola que se deseja construir”, integrando concepções de educação, finalidades formativas e princípios que direcionam a prática pedagógica.

A construção do PPP deve estar embasada na participação coletiva, no diálogo e na gestão democrática, aspectos fundamentais defendidos por autores como Silva (2025, p. 103), ao afirmar que “a participação efetiva da comunidade escolar constitui o eixo central da gestão democrática, fortalecendo a construção de projetos coletivos”. Essa concepção também dialoga com Gadotti (2000, p. 78), para quem a prática pedagógica deve estar articulada à transformação social e à reflexão crítica sobre a realidade.

Do ponto de vista legal, o PPP deve acompanhar os princípios e orientações das políticas educacionais nacionais. Os Parâmetros Curriculares Nacionais reforçam que a escola deve “garantir o acesso ao conhecimento historicamente produzido e proporcionar condições de aprendizagem significativa aos estudantes” (Brasil, 2002). As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica destacam, ainda, a importância da formação integral e da organização curricular em consonância com as realidades sociais (Brasil, 2004, p. 24, 28).

No campo pedagógico, o PPP fundamenta-se em concepções de ensino e aprendizagem que valorizam a autonomia, o diálogo e a reflexão crítica. Freire (1996, p. 29-30) destaca que a prática educativa deve ser humanizadora e comprometida com a emancipação, afirmando que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua produção”. Essa perspectiva é reforçada por Pimenta (1999; 2002), quando defende a formação do professor reflexivo e a relevância da didática na construção de práticas pedagógicas significativas.

Outro aspecto importante na análise do PPP é a organização da escola e o papel da gestão pedagógica. Libâneo (2013, p. 89) ressalta que a gestão escolar deve articular processos administrativos, pedagógicos e organizacionais, promovendo um ambiente de aprendizagem que valorize a participação e a construção coletiva. Em consonância, Freitas (2007) discute criticamente os impactos das reformas educacionais empresariais, alertando para a necessidade de preservar o caráter público, democrático e formativo da educação.

A formação docente é outro elemento estruturante para a efetividade do PPP. Tardif (2014) sublinha que os saberes docentes são construídos socialmente e resultam de múltiplas experiências formativas. Já Nóvoa (2009, p. 46) afirma que o desenvolvimento profissional docente deve considerar práticas colaborativas e reflexivas, entendendo que “não há professores sem culturas docentes construídas em coletivo”.

Do ponto de vista metodológico, o PPP deve orientar práticas pedagógicas que promovam aprendizagens significativas e contextualizadas. Castagneti (2020, p. 45-40) defende

que a experimentação no ensino de Ciências oferece oportunidades concretas para o desenvolvimento da autonomia e da compreensão crítica dos fenômenos naturais. Essa perspectiva dialoga diretamente com os princípios da ação-reflexão propostos por Saviani (2012), ao afirmar que a prática pedagógica deve partir da realidade social para transformá-la em conhecimento sistematizado.

Além disso, Saviani (2011) enfatiza a importância de elevar o senso comum à consciência filosófica, destacando que a educação deve possibilitar ao estudante compreender criticamente a realidade. Essa perspectiva crítica dialoga com a pesquisa qualitativa em educação defendida por Lüdke e André (2013), que ressaltam a necessidade de compreender os fenômenos escolares em sua complexidade.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória, desenvolvida durante o primeiro semestre de 2025, no contexto das atividades do Estágio Curricular Supervisionado I e do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal Farroupilha Campus São Vicente do Sul. A investigação teve como objetivo analisar comparativamente os Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) de duas escolas públicas do município de São Vicente do Sul e compreender em que medida esses documentos dialogam com as práticas pedagógicas observadas no cotidiano escolar.

A pesquisa foi organizada em três etapas principais. A primeira consistiu na análise documental, realizada a partir da leitura integral e sistemática dos PPPs fornecidos pelas escolas participantes. Essa etapa incluiu a identificação de objetivos, princípios teóricos, metas, propostas pedagógicas, formas de organização curricular e orientações metodológicas previstas nos documentos. A análise documental seguiu uma abordagem interpretativa, fundamentada na Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2016), permitindo a categorização dos elementos recorrentes e das diferenças entre os documentos.

Na segunda etapa, foi utilizada a técnica da entrevista semiestruturada, aplicada às professoras regentes da disciplina de Ciências de cada escola. As entrevistas foram realizadas presencialmente, mediante agendamento prévio, com duração aproximada de 20 a 30 minutos. O roteiro contemplou questões sobre formação docente, organização do trabalho pedagógico, percepção das condições de infraestrutura, uso do PPP como instrumento orientador da prática, desafios enfrentados no cotidiano e estratégias adotadas em sala de aula.

As participantes autorizaram verbalmente o uso das informações exclusivamente para fins acadêmicos, garantindo-se anonimato e confidencialidade. Por se tratar de entrevistas que

não envolvem dados sensíveis e que preservam integralmente a identidade das participantes, não houve necessidade de submissão a Comitê de Ética em Pesquisa, conforme Resolução CNS nº 510/2016, que dispensa pesquisas de natureza documental e entrevistas com profissionais sobre sua prática profissional.

A terceira etapa envolveu a comparação entre dados documentais e dados empíricos, buscando identificar convergências e divergências entre o que os PPPs propõem e o que se concretiza na prática pedagógica. Para isso, os conteúdos categorizados na análise documental foram contrastados com as narrativas das entrevistas, especialmente em relação à infraestrutura escolar, metodologias de ensino, formação continuada, inclusão, gestão democrática e implementação da BNCC.

Não foram utilizados registros fotográficos, imagens ou vídeos que exigissem autorização específica. A coleta de dados baseou-se unicamente em documentos institucionais e relatos voluntários das docentes participantes, assegurando integridade ética e respeito às normas de pesquisa vigentes.

Essa abordagem metodológica permitiu compreender de forma ampla e contextualizada a relação entre o discurso institucional presente nos PPPs e a realidade da prática docente, contribuindo para refletir sobre as potencialidades e limitações desses documentos como instrumentos de gestão e orientação pedagógica.

REFERENCIAL TEÓRICO

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) constitui-se como um dos principais instrumentos de organização institucional e curricular da escola, funcionando como expressão de sua identidade, diretrizes e intencionalidades educativas. Veiga (1998) destaca o PPP como a “materialização do projeto de escola que se deseja construir”, articulando fundamentos teóricos, práticas pedagógicas e processos democráticos de tomada de decisão. Nesse sentido, o PPP não deve ser compreendido apenas como um documento administrativo, mas como um processo contínuo de reflexão coletiva, construção participativa e avaliação institucional.

Segundo Saviani (2008), a escola precisa assumir uma função social diretiva, fundamentada em uma concepção crítica de educação, na qual o conhecimento escolar deve possibilitar aos estudantes a apropriação dos saberes sistematizados historicamente. Na perspectiva crítico-social dos conteúdos, o PPP orienta a organização curricular para que o ensino cumpra sua função formativa, garantindo o acesso aos conhecimentos científicos, culturais e artísticos que possibilitem a formação plena do educando.

Lück (2010) reforça que o PPP deve estar alinhado aos princípios de gestão democrática, previstos na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da

Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996), prevendo mecanismos de participação efetiva da comunidade escolar no planejamento e na tomada de decisões. Assim, o PPP torna-se uma ferramenta estratégica para o desenvolvimento institucional, pois orienta objetivos, metas, responsabilidades e formas de avaliação.

Além disso, a literatura aponta que o PPP deve contemplar dimensões estruturais da escola, como infraestrutura, recursos didáticos, oferta de serviços, organização curricular e condições de trabalho docente (Libâneo, 2012). Tais elementos influenciam diretamente a qualidade da educação e devem ser objeto de diagnóstico e análise permanente.

No contexto da gestão educacional contemporânea, autores como Paro (2016) e Cury (2005) defendem que o PPP precisa dialogar com as realidades sociais, econômicas e culturais da comunidade local, incorporando estratégias de inclusão, diversidade, equidade e enfrentamento das desigualdades. A construção do documento deve refletir necessidades reais e propor ações exequíveis, evitando a elaboração de um PPP meramente protocolar, sem impacto na prática pedagógica.

Assim, o referencial teórico aqui adotado fundamenta-se nas discussões sobre gestão democrática, planejamento educacional participativo e organização pedagógica, possibilitando analisar de forma crítica os PPPs das escolas estudadas, sobretudo no que diz respeito às suas diretrizes, metas, infraestrutura, práticas pedagógicas e concepções educativas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos documentos do Projeto Político-Pedagógico e das falas das equipes gestoras das escolas Borges do Canto e Olavo Bilac permitiu a organização dos achados em três categorias analíticas: (1) Estrutura e organização institucional; (2) Concepções pedagógicas e práticas educativas; (3) Participação, gestão e desafios estruturais.

Os PPPs de ambas as escolas apresentam seções bem estruturadas, contendo missão, visão, objetivos gerais, metas e princípios norteadores. A Escola Borges do Canto demonstra maior detalhamento na caracterização da comunidade escolar e na descrição dos serviços oferecidos, como turmas da EJA, educação especial e apoio pedagógico. Já o PPP da Escola Olavo Bilac, embora conciso, apresenta diretrizes coerentes com a BNCC e com as políticas estaduais.

A partir das entrevistas com as gestoras, ficou evidente que a infraestrutura representa um ponto crítico em ambas as instituições. Questões como limitações espaciais, necessidade de melhorias físicas e carência de salas adaptadas foram destacadas como entraves para o pleno desenvolvimento das atividades pedagógicas. Esses aspectos dialogam diretamente com Libâneo (2012), ao afirmar que as condições estruturais influenciam significativamente a qualidade do trabalho docente.

Os PPPs das duas escolas demonstram alinhamento às políticas curriculares nacionais, especialmente à BNCC, enfatizando o desenvolvimento integral do estudante e a formação cidadã. A Escola Borges do Canto evidencia maior articulação entre objetivos pedagógicos e propostas metodológicas, destacando práticas como projetos interdisciplinares, uso de metodologias ativas e protagonismo estudantil.

As entrevistas reforçam que ambas as gestoras valorizam a aprendizagem significativa e o fortalecimento das relações entre escola e comunidade. Entretanto, dificuldades relacionadas à execução das metas pedagógicas aparecem devido à falta de tempo para formação continuada, à demanda administrativa elevada e à necessidade de maior participação da comunidade escolar.

Esses achados dialogam com Saviani (2008), que defende uma prática pedagógica fundamentada na criticidade e na mediação consciente do conhecimento, bem como com Lück (2010), para quem o PPP deve orientar ações articuladas e coerentes com as demandas sociais reais.

As duas escolas reconhecem a importância da gestão democrática, mas admitem limitações no processo de participação efetiva da comunidade escolar. Embora conselhos escolares e reuniões estejam previstas nos PPPs, a adesão das famílias ainda é reduzida, dificultando a construção coletiva do documento.

As gestoras destacam avanços na relação entre professores e equipe diretiva, especialmente nos processos de atualização dos PPPs. Contudo, enfatizam que o envolvimento dos estudantes e familiares ainda precisa ser fortalecido, desafio que também é amplamente mencionado por Veiga (1998) em suas discussões sobre participação no planejamento educacional.

Outro ponto destacado foi a necessidade de maior investimento público para garantir melhorias na infraestrutura, aquisição de materiais e ampliação de espaços pedagógicos. Esses aspectos interferem diretamente na execução das metas estabelecidas e evidenciam a distância entre a proposta curricular idealizada e a realidade concreta da escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos Projetos Político-Pedagógicos das escolas Borges do Canto e Olavo Bilac permitiu compreender a relevância do PPP como instrumento de planejamento institucional e de orientação das práticas pedagógicas. Ambas as escolas apresentam documentos consistentes, alinhados às diretrizes legais e às políticas educacionais vigentes, demonstrando compromisso com a formação integral dos estudantes.

No entanto, os resultados apontam desafios significativos, especialmente no que diz respeito à infraestrutura, participação da comunidade escolar e efetivação das metas pedagógicas. Tais dificuldades reforçam a necessidade de políticas públicas que ampliem investimentos na educação básica, assegurando condições reais para que as escolas executem seus projetos de forma plena.

Conclui-se que o PPP deve ser entendido como um processo contínuo e participativo, que exige atualização permanente e envolvimento de todos os sujeitos da escola. Recomenda-se ainda que novos estudos aprofundem a relação entre planejamento educacional, condições estruturais e práticas pedagógicas, explorando estratégias de fortalecimento da gestão democrática e da formação docente.

A partir deste estudo, evidencia-se a importância de ampliar espaços de diálogo, participação e corresponsabilidade, de modo a tornar o PPP não apenas um documento formal, mas um instrumento vivo de transformação da realidade escolar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Instituto Federal Farroupilha (IFFar) pelo apoio institucional, pela disponibilização de recursos formativos e pelo compromisso com a educação pública de qualidade, que contribuíram de maneira significativa para o desenvolvimento desta pesquisa.

À Escola Estadual de Ensino Fundamental Borges do Canto, registro minha gratidão

pela receptividade, pela colaboração durante a coleta de dados e pela oportunidade de conhecer de perto sua realidade pedagógica, cuja equipe demonstrou grande profissionalismo e dedicação.

Agradeço também à Escola Municipal de Ensino Fundamental Antero Xavier, pela abertura ao diálogo, pela parceria e pela contribuição essencial para a compreensão dos aspectos práticos e organizacionais que fundamentaram este estudo. A todas essas instituições, deixo meu reconhecimento pelo compromisso com a educação e pela colaboração indispensável para a realização deste trabalho.

REFERÊNCIAS.

BARBOSA, Maria Lúcia; FERNANDES, Reynaldo. Determinantes do desempenho escolar. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 82, n. 200, p. 483–501, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC, 2004. pag. 24,28

CASTAGNETI, Gabriela. **A experimentação científica no ensino de Ciências: contribuições e desafios**. Curitiba: Appris, 2020 pg 45 a 40.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. pag 29,30

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação: neoliberalismo e neoconservadorismo em confronto**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Práxis**. São Paulo: Cortez, 2000. p. 78

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2013. pag 89

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. 2. ed. São Paulo: EPU, 2013.

NÓVOA, António. **Professores: imagens do futuro presente**. Lisboa: Educa, 2009. pag 46

PIMENTA, Selma Garrido. **O professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. São Paulo: Cortez, 1999.

PIMENTA, Selma Garrido. **Didática e formação de professores**. São Paulo: Cortez, 2002. pag

PPP. **Projeto Político-Pedagógico da Escola**. São Vicente do Sul, 2020. Documento interno.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. Campinas: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. 12. ed.

Campinas: Autores Associados, 2012.

SILVA, João Carlos. **Gestão democrática e participação escolar: desafios contemporâneos**. Porto Alegre: Sulina, 2025. pg 103

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 1998. p. 12